

# MANOEL BOMFIM (1868-1932) E A ESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL<sup>1</sup>

Rebeca Gontijo\*

Vimos as nossas tradições desnaturadas, os seus heroísmos infamados, falseada a essência da sua história (...) Inimigos, não caluniaram a Nação Brasileira como fizeram os seus historiadores, repetidos nos políticos. Em suas obras, confusas e opacas, desaparecem as qualidades características do povo, qualidades propositadamente escondidas, quando não são ostensivamente negadas. Histórias – essas páginas dadas ao registro dos nossos feitos?... Não: cavalariças... Um legítimo historiador teria de varrer tudo isso, expurgando, assim, os vícios e defeitos nacionais apontados, cotejando-os com a realidade, para, desassombradamente, limpar o passado nacional, e deixá-lo nos valores demonstrados pelos fatos (Manoel Bomfim, *O Brasil na história*, 1930).

Essas palavras foram escritas na segunda metade dos anos vinte do século passado por Manoel Bomfim (1868-1932), intelectual sergipano, autor de, entre outros livros, *A América Latina* (1905), *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na história* (1930) e *O Brasil nação* (1931), obras dedicadas à análise da formação da nacionalidade brasileira. Bomfim foi um importante crítico dos historiadores e dos políticos do Brasil, que, segundo ele, teriam deturpado a história nacional e contribuído para a “degradação” da nação.

O objetivo desta comunicação é apresentar algumas das idéias de Bomfim presentes no livro *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política* (1930), onde se localiza uma crítica à escrita da história do Brasil, balizada pelos aspectos que seu autor valorizava e desprezava na produção dos historiadores. Considerando Bomfim como um “pensador da história”, um analista da historiografia, supõe-se que suas reflexões possam ajudar a compreender o campo de estudos históricos em formação durante a I República, fornecendo

---

<sup>1</sup> Este texto é uma versão condensada do artigo “Manoel Bomfim, ‘pensador da história’ da Primeira República”, publicado na *Revista Brasileira de História*, vol. 23, n. 45, 2003, p. 129-154. Por sua vez, o artigo integra um dos capítulos da dissertação de mestrado *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História*. Niterói, Dep. de História da Universidade Federal Fluminense, 2001.

exemplos das críticas as quais os historiadores eram submetidos; das demandas que os pressionavam e dos problemas que deveriam enfrentar. Deve-se levar em conta que a reflexão desse autor sobre a história e a historiografia não se apresenta como uma teoria da história ou um projeto historiográfico metodologicamente guiado. Seu texto toca em problemas de ordem epistemológica e política, formulados a partir de pressupostos científicos, norteados por noções extraídas da biologia, da psicologia, da sociologia e da história, assim como, por valores morais.

*O Brasil na História* retoma algumas idéias desenvolvidas pelo autor no início do século XX, visando discutir problemas considerados urgentes no Brasil, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Momento em que predominavam discussões sobre as formas de inserção do país na modernidade, havendo uma significativa demanda pela reinterpretação da história nacional. Bomfim discordava das explicações vigentes sobre o atraso brasileiro. Desde o fim do século XIX e ao longo das primeiras décadas do século XX, tais explicações apontavam os determinismos naturais do meio e da raça como razões principais do atraso. Bomfim, no entanto, seguiu outro caminho ao privilegiar os conteúdos históricos. Na concepção deste “pensador da história”, os problemas sociais, os “males” da nação brasileira originaram-se das relações históricas que aqui se desenvolveram e cuja compreensão só poderia ser alcançada pelo conhecimento da história.

No início do século XX, a história brasileira apresentava-se “sem cor ou brilho”. Isso causava grande desconforto, uma vez que a essa disciplina atribuía-se uma função nobre: a de ensinar aos cidadãos a “cartilha do patriotismo”. Acreditava-se que a história deveria fornecer um conjunto coerente de tradições a serem partilhadas e, ao mesmo tempo, promover a ruptura com a tradição colonial, que, desde o fim do século XIX, era considerada por alguns como sinônimo de atraso. A tarefa de reescrever a história pátria era vista como imperativa diante de um quadro que, para muitos, era caracterizado pela falta de patriotismo e, até mesmo, pela inexistência ou inviabilidade da própria nação (LUCA, 1999:86-87). Diante dessa constatação, *O Brasil na História* surge apontando duas razões básicas para as deficiências da história do Brasil: a influência da sociologia francesa – especialmente do positivismo – e as ações de historiadores considerados antinacionalistas. Apesar de valorizar a contribuição dos franceses na luta pelas liberdades políticas; a herança intelectual dos enciclopedistas e da Revolução de 1789, Bomfim observa que a influência do pensamento francês no Brasil produzira,

sobretudo, maus resultados. Uma história consagrada de grandes personagens teria sido feita, desprezando aquele que, segundo o autor, seria o legítimo responsável pelas tradições: o povo brasileiro. Alguns aspectos dessa influência francesa negativa são destacados e atacados. O primeiro é a pouca "plasticidade" do francês. De acordo com Bomfim, a "plasticidade" seria a qualidade "que permite a cada povo, sem sair de sua tradição, fecundá-la no contato com outros povos". Essa qualidade permitiria romper com o "egocentrismo", algo que o autor considera necessário para a construção de uma nova história universal dos povos capaz de se opor às versões imperialistas da história. Além disso, Bomfim considerava os estudos franceses como caracterizados pela ausência de rigor científico, uma vez que apresentavam, segundo ele, um reduzido critério de observação e, conseqüentemente, uma pouca noção da realidade (1930:56-68). Quanto ao positivismo, o autor afirma que, "apesar do nome, nada menos positivo do que essa construção", que faz da ordem a condição essencial do progresso, algo que considera incompatível com a "maleabilidade da vida". Tal rigidez seria expressa através de generalizações preconcebidas, que conduziriam a uma única fórmula evolutiva: a lei dos três estados. Quanto às causas internas da "deturpação" da história, é possível sintetizá-las em três pontos: 1) a negação dos interesses por parte dos historiadores; 2) a "perversão" das fontes; e 3) a redução da história à enunciação de fatos e à listagem de nomes.

Bomfim era um crítico dos procedimentos discursivos da ciência, observando que eles não eram assumidos como tal, sendo camuflados e legitimados como se fossem conclusões derivadas da observação e comprovação experimental. Contrariando a idéia de ciência neutra, valorizava a explicitação dos interesses políticos por trás das práticas científicas, assim como, da prática historiográfica. O historiador deveria ser capaz de reconhecer que a escrita da história era movida por interesses e paixões dos quais não era possível escapar. Essa preocupação com os interesses por trás da escrita da história ia de encontro ao pressuposto de uma moderna concepção da história, baseada no desvendamento de uma verdade empírica, através da aplicação de um método crítico na análise das fontes, com nítido ocultamento do narrador e de seus interesses. Essa moderna concepção da história buscava um critério de verdade afastado de pressupostos éticos e políticos, de modo a sustentar um ponto de vista imparcial (ARENDR, 2000; ARAÚJO, 1988). Para Bomfim, os historiadores precisavam assumir posicionamentos claros em relação ao fazer historiográfico, sendo que, em sua opinião, escrever a história teria um único sentido: resgatar as tradições e enaltecer os valores nacionais, de modo a

situar o Brasil, com suas particularidades, no âmbito de uma história geral. Dizia Bomfim que de nada serviria uma escrita da história que só provocasse "indigestão de erudição para mostrar: como arrotavam os Etruscos, e a que horas se benzia Camarão..." (1930:53).

Bomfim julgava necessário reexaminar o material que sustenta o trabalho historiográfico, visando "depurar" a tradição que as fontes expressavam. Sobre a redução da história à enunciação de fatos e à listagem de nomes, Bomfim afirma que se trata de influência positivista associada à opção de escrever uma história "vista de cima". O autor se posiciona contra uma historiografia "oficializada", que reduz a história à crônica política ou militar, valorizando personagens que, "inteiramente ilógicos; surgem como deuses, ou se movem como títeres, porque – ou não se destacam, quase dos acontecimentos, ou são apresentados como a causa definitiva deles...". Pelo contrário o estudo da história deveria desenvolver a noção de que "um homem não cria uma época, mas pode concentrá-la, sendo o realizador de uma aspiração" (BOMFIM apud ALVES FILHO, 1992:42). Uma das utilidades da história seria, portanto, mostrar em que medida os indivíduos poderiam influir sobre a "marcha dos acontecimentos" e de que forma esses indivíduos seriam capazes de articular necessidades e aspirações gerais.

Resumidamente, o bom historiador seria aquele capaz de valorizar a tradição brasileira, enaltecendo-a de acordo com certo rigor investigativo na busca da verdade. Além disso, esse historiador ideal deveria possuir imaginação, segurança de conceitos, erudição, lógica e senso crítico, de modo a poder construir uma história afastada de preconceitos. O autor toca no problema da narrativa ao valorizar a "capacidade reconstrutora" ou o "poder evocador" do historiador, cujo estilo deve ser dotado de arte, elegância e leveza, além de algo que o autor define como um "tom humano".

No terceiro capítulo de *O Brasil na história*, intitulado *Os que fizeram a História do Brasil*, o autor identifica parte da produção historiográfica brasileira que considerava ilegítima, através de uma crítica aos historiadores que responsabiliza pela deturpação da história do país. Seu principal alvo é Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), Visconde de Porto Seguro, autor da *História Geral do Brasil* (1854-1857) e da *História da Independência* (1916), para quem reservou uma série de adjetivos injuriosos: "historiador mercenário"; o "menos humano dos homens"; "brasileiro de encomenda"; "sem bondade"; "patriotismo de convenção";

“deturpador da história do Brasil”. Segundo Bomfim, Varnhagen teria contribuído para a construção de um “ortodoxismo histórico” dedicado a “dar corpo a tudo que pudesse valer como prestígio para os que exploravam esta pátria”. Varnhagen aparece como exemplo máximo do mau historiador, pois, segundo Bomfim, não possuía “capacidade reconstrutora”, “poder evocador” ou “tom humano” (1930:122 e 132). Em suas páginas e nas de seus seguidores, a Insurreição Pernambucana foi esquecida; a unidade nacional foi confirmada como resultado da independência promovida pela monarquia bragantina; e os bandeirantes paulistas foram difamados.

Outro tipo de historiador que mereceu sua crítica foi aquele que se apoiava em alegadas competências e no peso de uma vasta produção para defender determinadas opiniões desfavoráveis à nação. Por isso ele criticou Oliveira Lima (1867-1928) – autor de *D. João VI* (1909) e da *História do reconhecimento do Império* (1901). Considerou-o um exemplo de historiador que se sentia desobrigado da tarefa de alcançar a *verdade* histórica, evitando assumir os interesses por trás da prática historiográfica.

Outro que não lhe escapou foi Euclides da Cunha (1866-1909). Mesmo reconhecendo o prestígio intelectual em torno de seu nome e predispondo-se a considerar seus conceitos com atenção, afirmou que ele abusara do seu grande e justo prestígio literário para, a pretexto de resumir os antecedentes da República, recapitular a história bragantina até o ponto de relacioná-la com a unidade nacional brasileira.

Capistrano de Abreu e João Ribeiro representariam exceções dignas de destaque. Capistrano é considerado como “um grande pensamento votado à história do Brasil, superior a doutrinas e a consagrações”, que “timbra em ser apenas, um lúcido e incansável pesquisador, a organizar bom material para a verdadeira história do Brasil”. Porém, não é poupado da observação de que, embora pudesse ter aceitado ser o autor da “verdadeira história nacional”, a “modéstia e um rigoroso objetivismo o tem afastado de tal tarefa” (1930:137). Quanto a João Ribeiro (1860-1934), Bomfim destaca que preferiu limitar-se à produção de manuais escolares, sendo sua obra dotada de boa orientação. Contudo, Ribeiro também não escapa de ser criticado, sendo acusado de escrever “páginas exíguas”, que favorecem generalizações e esquematismos, às vezes utilizados por aqueles que deturpam a história nacional (1930:137).

Bomfim acreditava que o valor geral da história seria deturpado na medida do valor que cada historiador atribuísse ao seu povo em relação a uma "escala da civilização". Deste modo, a história ficaria a serviço das civilizações que, num determinado momento, apresentassem um maior "valor ativo de contribuições" na escala da evolução humana. Valor que nada mais seria que uma diferença de poder. Assim, haveria histórias construídas sob o "julgamento francês" ou a "presunção germânica", em detrimento daquelas que seriam escritas por outros povos (1930:39-40). Em suas palavras, "a história nos responde (...) no critério de quem a faz, pois que, de fato, cada grupo vê e compreende a civilização de si para si, e deturpa os apreços gerais, como nas consciências se deturpa a noção de próprio valor pessoal (...) E aí está – a escolha, que é tudo. Verificadas as condições em que se faz a história para o uso universal, cabe a cada povo defender a própria história, num esforço que deve ser proporcional ao valor aparente das histórias deturpadoras" (1930:41-42).

Bomfim argumenta sobre os usos e funções da história, não apenas apontando sua importância enquanto registro das tradições que configuram o caráter nacional, mas criticando a história universalizante escrita pelas nações imperialistas. Mais do que qualquer instituição concreta, a história seria a depositária dos "desejos" e das "realizações", através dos tempos e das classes sociais. Tais "desejos" e "realizações" representariam, para o autor, um estímulo à consciência – considerada fundamental para a afirmação do passado e implementação do futuro. O papel da história seria construir a consciência da nação sobre si mesma, a partir dos fatos coligidos e interpretados. Por isso ela deveria ser: "sincera, purificada, vivaz, exata... capaz de orientar, estimular e defender o desenvolvimento nacional de que participamos, e que se torna cada vez mais consciente nas aspirações comuns" (1930:37-38).

O caso de Manoel Bomfim, um autor que não fazia parte do "pequeno mundo dos historiadores" – demarcado por atividades docentes, exercício do jornalismo e, sobretudo, pesquisas em arquivos – ajuda a compreender algumas das idéias sobre como, porque e por quem a história deveria ser escrita. Comparadas a outros discursos sobre a escrita da história, suas opiniões podem ajudar a avaliar a existência, em um mesmo período, de diferentes percepções do trabalho historiográfico e, conseqüentemente, de diferentes usos da história. As interpretações do autor a respeito da historiografia e dos historiadores de seu tempo não podem ser separadas de sua compreensão da ciência e do fazer político.

Esta associação é que permite analisar sua atitude crítica, assim como, possibilita recuperar a função que era atribuída à escrita da história, em seus textos.

A partir de seus escritos, é possível concluir que, em sua época, a historiografia e os historiadores eram avaliados em meio à tensão entre uma ciência que se queria neutra e imparcial e interesses particularistas; entre a demanda por uma concepção moderna de história – fundada na crítica dos documentos, da memória e da tradição – e as constantes exigências de posicionamento intelectual, em defesa da nação. Para Bomfim, escrever a história era uma tarefa, ao mesmo tempo, científica e patriótica, sendo que, o compromisso com a verdade histórica identificava-se com o compromisso com a nação.

Bibliografia:

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

Bibliografia citada:

ALVES FILHO, Alúcio. *Pensamento político no Brasil – Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

ARENDT, Hannah. "O conceito de história – antigo e moderno". In: \_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000 [1954], p.69-126.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. "Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n.1, 1988, p.28-54.

LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.

\* Doutoranda do PPGH-UFF. Autora da dissertação de mestrado *Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História*. Niterói, Dep. de História da Universidade Federal Fluminense, 2001.